

O Exército Português e a Grande Guerra

Tenente-general
Alexandre de Sousa Pinto



1. Antecedentes*

Portugal é, na Europa, o único Estado que, desde o século XIII, mantém as mesmas fronteiras com a Espanha, seu único vizinho.

Talvez por isso, no século XV, em paz com a Espanha, tenha virado as costas a terra e se tenha voltado para o mar.

A partir de 1415, criou um império que se espalhou pelos outros quatro continentes e que manteve até ao século XXI, só terminando quando Timor se tornou independente, em Maio de 2002.

Esteve sempre, desde o século XIV, pelo menos, ligado por alianças à potência marítima e muito alheado do Continente, procurando manter-se neutral nas crises e conflitos que nele ocorriam, o que não logrou na Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714), na Guerra dos Sete Anos ou do Pacto de Família (1756-1763), na qual só participou esporadicamente, em 1762, na sua fase final, sendo entre nós conhecida pela designação de Guerra Fantástica, e na Guerra Peninsular (1801-1814), considerando a tese do Prof. Doutor António Pedro Vicente^[1] que nela inclui a chamada Guerra das Laranjas.

Diz o Prof. Doutor António Telo, catedrático de História da Academia Militar Portuguesa, que «*com factores de originalidade tão marcantes, é normal que Portugal tenha desenvolvido igualmente uma arte militar própria (...), obtida ao longo de nove séculos de guerras frequentes em todos os continentes onde teve de enfrentar desde os grandes poderes mundiais a pequenos poderes locais*»^[2].

Acontece, no entanto, que nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, as situações interna e externa portuguesas eram de uma enorme instabilidade política, económica e financeira.

Em Portugal, desde o regicídio, em 1908, era larvar «*uma guerra civil intermitente (...) marcada pelo aumento das divisões sociais, pelo armamento ilegal de sectores significativos da população, pela saída frequente dos militares dos quartéis para intervirem na vida política interna e pelo uso generalizado da violência na sociedade*»^[31], situação que se agravou com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, com a participação maioritária de civis e militares maçons e carbonários, algumas unidades da Marinha e poucas do Exército que, na sua grande maioria, se manteve neutro.

O novo regime desconfiava do Exército que admitia ser conservador e de pendor monárquico, procurando uma alternativa com a criação de uma Guarda Nacional Republicana que lhe fosse fiel e a quem forneceu meios de infantaria, cavalaria, artilharia e de serviços mais adequados a um exército do que a uma força policial e de segurança; temia a Espanha de Afonso XIII que não escondia a vontade de deitar a mão a Portugal se a oportunidade surgisse e para isso tinha obtido o acordo da França; sabia dos tratados firmados entre a nossa aliada britânica e a Alemanha para a eventual partilha das nossas colónias.

Três anos depois da implantação da República, quando, como veremos, tudo ainda se mostrava incerto e instável, a Grande Guerra foi vista como a oportunidade para o regime mostrar as suas capacidades e se afirmar perante uma Europa que continuava a olhá-lo muito desconfiada.

2. Situação portuguesa imediatamente antes e no início da Guerra Política

a. Política

Politicamente, o país encontrava-se fortemente dividido entre guerristas e anti-guerristas. Ambas as tendências consideravam a necessidade absoluta de garantir a nossa permanência nas colónias no pós-guerra, pelo que aceitavam pacificamente a urgência do envio de forças para os territórios portugueses de África. A questão punha-se quanto à nossa participação nas forças aliadas da frente europeia que os guerristas consideravam fundamental para nos garantir os territórios africanos, teoria à qual se opunham os anti-guerristas.

No início, a República poderia ser definida como uma democracia de partido único - o Partido Republicano Português (PRP) - de pouca duração, porque as diferentes tendências que nele coexistiam apenas tinham de comum o desejo de derrubar a monarquia. Cedo o PRP se subdividiu.

No poder, entre Janeiro de 1913 e Fevereiro de 1914, tinha-se sentado o mais duradouro de todos os governos da I República, do maioritário Partido Democrático (PD), acérrimo partidário da nossa entrada na Guerra, sendo chefe do governo o líder do Partido, Doutor Afonso Costa, e Ministro da Defesa o major João Pereira Bastos, sendo Presidente da

República o Dr. Manuel de Arriaga, tido como um conservador moderado. Para além da defesa do Império, o PD temia que as colónias pudessem vir a ser usadas como moeda de troca em eventuais negociações de paz, caso a guerra terminasse por um qualquer compromisso; tinha também preocupações com a Espanha, devido às aproximações que se verificavam entre Londres e Madrid, com as crises de Marrocos, e entre Madrid e Paris com quem, como já referimos, se haviam firmado acordos em que a França reconhecia o direito de intervenção da Espanha em Portugal se a ocasião se proporcionasse; finalmente, considerava, ainda, fundamental ter em conta o futuro do regime que sentia débil e ameaçado, necessitando, mais do que nunca, do apoio britânico.

Entre Fevereiro e Agosto de 1914, tinham sucedido àquele dois governos liderados por Bernardino Machado, de tendência apaziguadora e, por isso, extrapartidários, o último dos quais teve de enfrentar a crise gerada pela eclosão da Grande Guerra.

Na oposição encontravam-se os partidos da União Republicana (PUR), chefiado por Brito Camacho; Evolucionista Republicano (PER), tutelado por António José de Almeida; e um grupo de independentes que obedecia a Machado Santos que, estando todos de acordo, como vimos, com a necessidade de defender os territórios africanos de cobiças alheias, viam na vontade de intervenção na Europa apenas o interesse do próprio PD para a sua manutenção no poder o que, evidentemente, para eles não representava o interesse nacional, mas, tão só, o interesse partidário.

O mesmo pode dizer-se relativamente ao movimento monárquico que, para além disso, continuava sendo uma permanente ameaça ao regime.

b. Diplomática

No início de 1910, antes da queda da monarquia, uma delegação do PRP deslocou-se a França e a Inglaterra para obter apoios ou pelo menos a garantia de não interferência se e quando a revolução implantasse a república em Portugal. As conversações não lhes correram como desejavam, apesar de a propaganda republicana querer fazer crer no contrário. São os próprios intervenientes, José Relvas e Magalhães Lima, que nas respectivas «memórias» o confirmam e o jornal inglês «The Times» que, recebendo amoravelmente, no dizer de Magalhães Lima, os emissários, em artigo de 30-VIII-1910, afirma que “as missões republicanas à Inglaterra tinham sido mal sucedidas por fazerem a apologia do regicídio e das manifestações às campas dos assassinos do Rei” e também “porque o programa apresentado era intolerante e repugnava à opinião pública britânica” concluindo que “o republicanismo diz bem com a maçonaria, com o anticlericalismo e com a hostilidade à religião (...) Desgraçado país se tais homens sobem ao Poder e procedem em harmonia com o que dizem”^[4]. Na realidade, a proclamação da República em Portugal foi recebida com desagrado internacional. De imediato, só alguns países da América do Sul - o Brasil, a Nicarágua e o Uruguai - reconhecem o novo regime português. Os EUA esperam por Agosto de 1911, precedidos em Junho pelo México e seguidos imediatamente pela França. Os restantes Estados europeus só em Setembro de 1911, quase um ano depois do 5 de Outubro, comunicaram o seu

reconhecimento^[5]. Mas o crédito internacional continuava a ser pouco, como o demonstra o facto de, em 1913, terem prosseguido as conversações interrompidas no final do séc. XIX entre a Grã-Bretanha e a Alemanha para a distribuição entre si dos territórios portugueses ultramarinos. Era fundamental para a República encontrar forma de pôr do seu lado os ingleses e de ganhar a confiança da Europa nas suas capacidades. Para a primeira finalidade serviu-se da ameaça da união ibérica, tão querida da Espanha e tão pouco desejada pela Inglaterra, e para a segunda imaginou que a nossa participação no esforço de guerra no teatro europeu seria uma ocasião a não desprezar. Nesse sentido, correram todos os esforços diplomáticos que, a partir de então, foram desenvolvidos.

c. Económica

Na segunda metade do séc. XIX, o Fontismo impulsionou o desenvolvimento do País, dotou Portugal de uma melhor rede rodoviária e de uma elementar rede ferroviária, introduzindo algumas indústrias, mas fê-lo à custa de défices orçamentais persistentes, suportados com recurso a empréstimos da banca estrangeira, nomeadamente da londrina. A dívida colocava-nos na dependência da Inglaterra que explorava a situação a seu favor - económica, política e diplomaticamente.

Em 1898, Portugal pensou seriamente em obter dinheiro com a venda de território e logo a Inglaterra acordou com a Alemanha o *modus faciendi* da distribuição. As coisas melhoraram sem necessidade de efectuar qualquer penhora sobre as colónias, mas, a partir de 1912, a situação repete-se. Em Agosto de 1913, é rubricado novo acordo em que se previa a divisão de Angola e Moçambique entre as duas potências e a entrega à Alemanha das Ilhas de S. Tomé e Príncipe.

A marinha mercante estava reduzidíssima, nomeadamente no que se refere a meios de transportes de pessoal. Só a partir de 1918 se conseguiu montar um serviço de comboios para França com dois navios mercantes transformados em cruzadores e escoltados por dois contratorpedeiros sendo necessário, por vezes, fazer viagens sem escolta. Até lá houve que recorrer ao apoio da Inglaterra.

d. Militar

Imediatamente após o 5 de Outubro, é nomeada uma comissão para a reorganização do Exército e logo em Maio de 1911 é publicada a respectiva lei que transforma o exército profissional português da monarquia num exército de conscrição, segundo o modelo suíço, que não seria implementado na sua totalidade conceptual nem com a celeridade que seria indispensável. Nas vésperas do deflagrar da guerra, Portugal dispunha de umas Forças Armadas em completa desagregação, situação que se agrava com cedências posteriores do pouco que havia à Inglaterra e à França, deixando-nos sem fardamento, sem armamento e sem equipamento. Há um *cartoon* da época em que os soldados estão formados semi-nus tendo na frente um Afonso Costa que lhes diz com ar severo: «o armamento já se cedeu, o fardamento ardeu (...) vão com o fato que Deus lhes deu!^[6]».

Os oficiais estavam muito mais preocupados com a política, na qual intervinham

activamente, do que com as suas unidades. Os comandantes eram permanentemente desconsiderados e desautorizados, pois oficiais seus subordinados eram amigos e camaradas de outros altamente colocados politicamente ou com influência sobre eles que se intrometiam dando contraordens em matérias da exclusiva competência dos comandantes. Por outro lado, as influências partidárias provocavam a existência de oficiais guerristas e anti-guerristas que nas respectivas unidades iam defendendo as suas teses.

Em 1914, os oficiais do quadro permanente realmente existentes totalizavam 2.567 (105 coronéis, 129 tenente-coronéis, 228 majores, 795 capitães, 1310 subalternos), sendo 48 do Estado-Maior, 1.236 de Infantaria, 368 de Artilharia, 267 de Cavalaria e 143 de Engenharia. Os restantes 505 distribuíam-se pelo Serviço de Saúde, Administração Militar, Secretariado e Quadros Auxiliares^[7].

3. Mobilização para as colónias

Já em 1911, o Gen Von Bernhardi publicava a opinião^[8] de que se devia fomentar por todos os meios a expansão dos territórios coloniais alemães, admitindo que tal seria possível por meios pacíficos se um previsível desastre financeiro ou político em Portugal desse ocasião à aquisição de parte das colónias portuguesas^[9].

Como vimos, num só ponto havia concordância entre as várias facções políticas portuguesas: a necessidade de garantir a posse das colónias. Fácil foi, pois, determinar o imediato reforço dos efectivos militares do exército colonial, mal equipado, mal armado e, acima de tudo, mal enquadrado por falta de graduados e de guarnições disciplinadas e motivadas^[10].

Havendo conhecimento das ambições coloniais da Alemanha, logo a 18-VIII-1914, são mobilizados dois destacamentos mistos destinados a Angola (1.525 homens) e Moçambique (1.539 homens) para, segundo o preâmbulo do decreto, reforçarem as fronteiras Sul de Angola e Norte de Moçambique, as que se ligavam a territórios alemães.

O Destacamento de Angola era constituído pelo 3º Batalhão do Regimento de Infantaria nº14 (3ºBI/RI14), 3ºEsquadrão do Regimento de Cavalaria nº 9 (3ºE/RC9), 2ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha de Viana do Castelo (2ªBtr/RAM) e 2ª Btr/1ºGrupo de Metralhadoras, apoiados por Serviço de Saúde e pessoal de Administração Militar. O Destacamento de Moçambique ficou constituído pelo 3º BI/RI15, 4ºE/RC10, 4ª Btr/RAM de Évora, Serviços de Saúde e Administrativos.

As forças de Angola ficam sob o comando do Tenente-Coronel Alves Roçadas e as de Moçambique do Tenente-Coronel Massano de Amorim, ambos com experiência anterior dos respectivos territórios.

Eduardo Barbosa^[111] afirma que *“ao passo que nós desconhecíamos tudo quanto dizia respeito aos nossos incómodos vizinhos, eles, pelo contrário, conheciam perfeitamente o que se passava em nossa casa”*, sendo por isso impossível perceber se os destacamentos dispunham dos meios humanos e materiais indispensáveis para o cumprimento da missão a enfrentar.

O esforço de mobilização para as colónias, feito logo em 1914, atinge cerca de 10.000 homens e vai empobrecer qualitativa e quantitativamente o exército metropolitano. Nas colónias, as forças, para actuarem, carecem de um número elevado de indígenas empregues como carregadores e guias, número que, no final, excedeu a cifra de 180.000.

a. Angola

Carlos Selvagem^[112] refere com pormenor a ocupação do Sul de Angola entre 1908 e 1910, resumindo as operações levadas a cabo para a ocupação das margens do Cunene às do Cuito e Cuando, sob o comando de João de Almeida, numa extensão entre 300 e 1.200 Km, correspondente à passagem de uma área pacificada de cerca de 14.000 Km² para outra de 100.000 Km². Era esta área que a Alemanha pretendia para si o que leva o governo português, como vimos, logo em Agosto de 1914, imediatamente após o início da guerra, ao envio de um primeiro destacamento para reforço das forças militares portuguesas em Angola.

Em 19 e 30 de Outubro, são perpetrados ataques aos postos de «Naulila» e do «Cuangar» e a este segue-se uma marcha triunfal dos alemães no território angolano, atacando e destruindo os postos de «Bunja», «Sâmbio», «Dirico» e «Mucusso», constituindo manifestações de hostilidade injustificáveis contra quem, até então, nenhum acto de beligerância tinha praticado, mantendo-se em absoluto as relações diplomáticas luso-alemãs, como antes da eclosão da guerra^[113].

Podemos sintetizar as acções alemãs contra Angola neste ano de 1914 referindo que, a 17 de Outubro, uma pequena força alemã se instala em território angolano que, uma vez conduzida a Naulila, resulta na morte dos oficiais alemães; estes, a 31 de Outubro, retaliam atacando o posto de Cuangar de que resultaram baixas portuguesas para, em 17/18 de Dezembro, se ter dado um combate em Naulila com resultado inconclusivo, mas com baixas portuguesas de 3 oficiais e 66 praças mortos, 5 oficiais e 71 praças feridos e 3 oficiais e 62 praças prisioneiros, tendo sido detectados 12 praças alemãs mortas, 10 oficiais e 20 praças feridos.

Em 11-XI-1914, é mobilizado um segundo destacamento para Angola, desta feita constituído por dois Batalhões de Infantaria, um Esquadrão de Cavalaria, duas Baterias de Artilharia de Montanha e duas Baterias de Metralhadoras, num total de 2.803 homens distribuídos pela Infantaria (2.080), Artilharia (436), Cavalaria (189), Metralhadoras (94) e Serviço de Saúde (4). Não foi suficiente este reforço face à envergadura das operações que ocorriam no Sul de Angola e um terceiro reforço de dois Batalhões de Infantaria, duas Companhias de Infantaria, dois Esquadrões de Cavalaria, cinco Baterias de Artilharia de Campanha e cinco Baterias de Metralhadoras, totalizando 2.591 infantas,

1.080 artilheiros, 382 cavaleiros, 255 das metralhadoras e 10 reservas foi enviado, ainda em 1914. Acresce a estas mobilizações do Exército a de um Batalhão de Marinha a três companhias de dois pelotões e duas secções de metralhadoras num total de 600 homens.

O Tenente-Coronel Roçadas é substituído, a partir de Março de 1915, no comando das forças em Angola pelo General Pereira d'Eça que deixara de ser Ministro da Guerra em 12-XII-1914.

Podem sintetizar-se os custos humanos da Grande Guerra em Angola no Quadro I^[4]:

Quadro I - Baixas em Angola.

		Em combate	Por doença	Desastre	TOTAL	
MORTOS	Oficiais	10	18		28	
	Praças	Europeus	90	617	1	708
		Africanos	68			68
	Auxiliares	2	3	1	6	
	Sub-total	102	706	2	810	
FERIDOS						
FERIDOS	Oficiais	8			8	
	Praças	Europeus	90			90
		Africanos	213			213
	Sub-total	311			311	
INCAPAZES						
INCAPAZES	Praças	Europeus	18			18
		Africanos	354			354
	Sub-total	372			372	
TOTAL DE BAIXAS					1.493	

b. Moçambique

Em Moçambique, no ano de 1914, apenas há a notar o ataque alemão ao posto fronteiriço de «Maziú», no norte, tendo sido morto o sargento enfermeiro da Armada que o

comandava, que não foi mais do que um golpe de mão de natureza provocatória e que não se revestiu de qualquer glória militar, antes constituiu um acto de mero banditismo bélico^[15].

É incompreensível a organização do Destacamento no que se refere ao apoio sanitário, nomeadamente, tendo em conta a experiência portuguesa das campanhas do final do séc. XIX, bastando referir o facto de que as pastilhas de quinino foram fraudulentamente substituídas por outras de farinha, daí resultando baixas de 25% sem que se tivesse entrado em combate. Os fardamentos, fornecidos à pressa e de má qualidade, desfiando-se o cotim de algodão às primeiras lavagens e perdendo consistência e cor. Os capacetes de feltro deformavam-se logo que apanhavam chuva e o calçado era fraco e descosia-se. O transporte do Destacamento fez-se em navio inglês fretado para o efeito, mas com fracas condições.

Os governos da República e da Colónia tinham marcado como objectivo mínimo a atingir a reocupação do triângulo de Quionga, que permitiria a Portugal partilhar a foz do Rovuma, e a ocupação de uma faixa de terreno, mesmo que pequena, na margem Norte para, em futura conferência de paz, Portugal surgir como ocupante de território do adversário^[16].

O ano de 1915 foi de calma bélica.

Uma segunda expedição, sob o comando do Major de Artilharia Moura Mendes, é organizada e segue, em Outubro de 1915, acompanhada pelo recém-nomeado governador-geral, Álvaro de Castro, Capitão de Infantaria, bacharel em direito e professor das escolas militar e colonial, entusiasta republicano desde os bancos da escola no Colégio Militar, na altura com 36 anos de idade, político activo das hostes democráticas que foi ministro e presidente do conselho. Esta segunda expedição tem uma constituição semelhante à anterior: um Batalhão de Infantaria, um Esquadrão de Cavalaria, uma Bateria de Montanha e unidades auxiliares num total de 50 oficiais, de 1.477 praças e de 322 solípedes. Repetem-se os erros que vão causar 50% de baixas por doença nos primeiros cinco meses de permanência no território.

A ocupação da fronteira do Rovuma organiza-se em duas zonas; uma vai da foz à confluência com o Rio Lugenda e subdivide-se em dois comandos com sede, respectivamente, em «Palma» e «Mocímboa do Rovuma»; a outra zona vai daquela confluência ao Lago Niassa. O plano geral de operações mantém, como do antecedente, os objectivos da ocupação de «Quionga» e de uma parcela de terreno no sul da colónia alemã. Foi possível atingir com êxito o primeiro, mas o segundo, apesar de um grande esforço bem executado, foi mal sucedido.

A partir de meados de 1916, é organizada uma terceira expedição metropolitana, a mais forte, constituída por três Batalhões de Infantaria que, sob o comando do General Ferreira Gil, deixaram Lisboa, em Maio de 1916, tendo desembarcado em Palma, em Julho.

Resumidamente, foram mobilizadas para Moçambique (Quadros II e III)⁽¹⁷⁾:

Quadro II - Forças Mobilizadas para Moçambique.

	Oficiais	Graduados Europeus	Praças	Auxiliares	
Na metrópole	825		18.613		19.438
Comp. e Bat. Indígenas	303	682	10.278		11.263
Forças de Marinha				8.000	8.000
TOTAL	1.128	682	28.891	8.000	38.701

Quadro III - Carregadores.

Para Nossas Tropas	60.000
Para Ingleses	30.000
TOTAL	90.000

Que sofreram as seguintes baixas (Quadro IV)⁽¹⁸⁾:

Quadro IV - Baixas em Moçambique.

			Em combate	Por doença	Desastre	TOTAL
	MORTOS	Oficiais		16	7	2
Praças		Europeus	38	1.938	6	1.982
		Africanos	88	209		297
Auxiliares			1	19		20
Carregadores						2.487
Sub-total			143	2.173	8	4.811
FERIDOS	Oficiais		11			11
	Praças	Europeus	49			49
		Africanos	241			241
	Sub-total		301			301

		Europeus	35			35
INCAPAZES	Praças	Africanos	1.248			1.248
		Sub-total	1.283			1.283
TOTAL						6.395

a. Actividade Naval

A Armada não estava preparada para as missões que ia enfrentar, com características bem diversas das que lhe foram pedidas nas campanhas de pacificação do final do século XIX e princípios do século XX. Disponha de cinco cruzadores, três contratropedeiros e três canhoneiras, tornados obsoletos pela rápida evolução dos armamentos navais dos primeiros anos do séc. XX¹⁹¹. A expedição a Angola, mal organizada, é a primeira a sofrer, logo em 1914, uma imensa derrota que, não tendo sido estrategicamente conclusiva, não deixa de ser um desastre face aos resultados, catastróficos para nós, que atrás apresentámos. Em Moçambique, as primeiras expedições sofrem centenas de baixas sem sequer entrar em combate, consequência das deficientes condições sanitárias e de transporte.

A Marinha empenhou na escolta dos transportes de tropas os seus mais poderosos meios navais - os cruzadores.

A Armada mobiliza para Angola, como já se referiu, um Batalhão de Marinha a duas companhias, batalhão este que cumpriu exemplarmente as missões que lhe foram confiadas, merecendo do General Pereira d'Eça a referência «*julgo merecedor de especial menção o Batalhão de Marinha (...) uma unidade de elite, cuja tèmpera fica definida dizendo que foi a mais resistente nas marchas e mais esforçada nos combates*» destacando-se, entre outros, o 1º tenente Afonso de Cerqueira.

Despacha, em 15-XII-1915, o cruzador «Adamastor» para a Índia mas, após a declaração de guerra alemã, é decidido destiná-lo para o apoio das operações no Norte de Moçambique, juntando-se à canhoneira «Chaimite», aos vapores «Luabo», «Pebane» e «Pungué» e às lanchas canhoneiras «Salvador», «Sena» e «Tete», da Esquadilha do Zambeze. Em Maio de 1916, quando os escaleres do navio procediam a um reconhecimento da foz do rio Rovuma, as tropas alemãs estacionadas na margem esquerda, abriram fogo contra aquelas embarcações, ripostando o «Adasmastor» com o bombardeamento das posições inimigas. O que repetiu no dia seguinte com o apoio da «Chaimite», enquanto uma força de desembarque ocupava o posto alemão na ilha de Namaca, onde, apesar das baixas sofridas (3 mortos e 6 feridos), ficou estabelecido um reduto artilhado guarnecido por pessoal da Marinha.

Na sequência do golpe militar de Sidónio Paes, a 8-I-1918, foram deportados para Moçambique 240 praças da Marinha que tinham lutado contra aquele movimento. Com elas e outras voluntárias, o Ministro da Marinha, Comandante Carlos da Maia, constitui

um novo Batalhão de Marinha a três companhias e uma bateria de seis metralhadoras para operar em Moçambique, tendo seguido para Quelimane e depois para Regone e Gilé, pacificando a região sublevada pela passagem dos alemães.

4. Mobilização para a Flandres

Como referimos atrás, o PD considerava como única forma de verdadeiramente garantir a posse das nossas colónias no pós-guerra a nossa beligerância no teatro europeu e, nesse sentido, deu prioridade diplomática às negociações com a Grã-Bretanha que conduzissem e esse desiderato. Os guerristas pensavam que se Portugal lutasse ao lado dos Aliados no principal teatro de operações, de modo a que a sua intervenção fosse visível e importante, a Grã-Bretanha jamais se atreveria a dividir o Império Português ou a usar as colónias nacionais como moeda de troca num eventual tratado de paz com a Alemanha, que, com essa beligerância, se afastava o perigo de uma intervenção espanhola, pois os Aliados não permitiriam uma invasão de Madrid e, ainda, que se assistiria a uma explosão de patriotismo unindo toda a Nação à volta do regime e do governo do PD^[20].

Será, provavelmente, o único caso em que um país tudo faz para ser admitido como beligerante enquanto os seus aliados o não querem ver senão como não-beligerante, certamente porque a instabilidade e pouco crédito internacional em que a República caíra não lhes dava garantias de que em vez de apoio ela se tornasse um peso morto.

Lembro que, durante o período da guerra, entre 1914 e 1918, a República Portuguesa teve como chefes do Estado cinco presidentes e dez governos que alternaram entre partidos guerristas (5) e anti-guerristas (3) e, até, com ditaduras (2). Os oito ministros da guerra desses governos foram todos de muito curta duração, com uma média de seis meses, em que alguns não ultrapassaram os dois meses de desempenho e eram, na sua maioria, militares de baixa graduação, cujos nomes se indicam seguidamente:

- Joaquim de Albuquerque e Castro	12-II-1914
- Joaquim Pimenta de Castro (General - Presidente da República em ditadura)	25-I-1915
- José de Castro	17-V-1915
- José Norton de Matos	22-VII-1915
- Sidónio Paes - (Presidente da República em ditadura)	11-XII-1917
- Amílcar de Abreu e Mota	15-V-1918
- Álvaro de Mendonça	8-X-1918
- Luís Corte-Real	23-XII-1918

Apesar de todas as diligências e dos ataques alemães no Sul de Angola e no Norte de

Moçambique, de que atrás falámos, só quando, por sugestão da França, em Fevereiro de 1916, apresamos os navios alemães surtos nos nossos portos é que formalmente a Alemanha, em Março, nos declarou guerra. Mas, já do antecedente, nos vínhamos preparando para a eventualidade, tão desejada pelo PD, da nossa participação. Assim, o governo de Bernardino Machado levou às duas Câmaras do Parlamento, reunidas em sessão conjunta, a proposta em que o governo pedia autorização para que Portugal pudesse «*intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra*». Na sequência desta autorização foi possível, a partir de 25 de Novembro de 1914, a criação da chamada «Divisão Auxiliar», de curta duração, sob o comando do General Jaime de Castro, tendo como Chefe do Estado-Maior (CEM) o Major Roberto Baptista. A queda do governo e a chegada ao poder, em Janeiro de 1915, da ditadura do General Pimenta de Castro faz ruir toda esta arquitectura beligerante.

É com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal que a Grã-Bretanha, finalmente, aceita pedir, ao abrigo da antiga aliança, a nossa participação activa no teatro europeu. O ano de 1916 corre com a preparação militar em Tancos do Corpo Expedicionário Português (CEP) organizado num Corpo de Exército a duas Divisões de duas Brigadas, a Artilharia e a Engenharia de Corpo, a Cavalaria (um Grupo a dois Esquadrões) e os apoios correspondentes, cujo comando foi entregue ao General Fernando Tamagnini, mantendo-se como Chefe do Estado-Maior o já então Tenente-Coronel Roberto Baptista, indicado anteriormente para as mesmas funções na Divisão Auxiliar. Para o CEP foram mobilizados (Quadro V):

Quadro V - Forças mobilizadas para o CEP (França).

Oficiais do QP e QC	3.260
Oficiais equiparados (Serv. Postal; pagadoria; justiça e capelães voluntários)	114
Praças (Sargentos; Cabos; Soldados; etc.)	51.709
Sub-total	55.083
PESSOAL DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	
Oficiais (graduados)	2
Enfermeiros	26
Damas enfermeiras	54
Sub-total	82
TOTAL GERAL	55.165

Mais tarde foi ainda mobilizado e enviado para França o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), organizado com três Grupos Mistos de Artilharia a três Baterias (de 320, 240 e 190mm; a primeira com alcances de 20Km e as outras de 15Km) e com uma

Bateria de Depósito, comandado inicialmente pelo Coronel João Homem Teles e, posteriormente, a partir de 15-II-1918, pelo Coronel Tristão da Câmara Pestana e com o pessoal assim distribuído (Quadro VI):

Quadro VI - Forças mobilizadas para o CAPI (França).

Oficiais	70
Sargentos	125
Praças	1.444
TOTAL	1.639

Pela Ordem de Serviço do CEP, de 10-XI-1918, foi determinada a extinção do CAPI em 30 de Novembro, deixando as Baterias em França. O pessoal ficou acantonado em Creques, onde trabalhou no arrasamento de trincheiras e remoção de arame farpado, até Março de 1919. A 3 de Abril, foi para Cherbourg, onde embarcou no vapor inglês "N. W. Miller", que o repatriou^[21].

A situação económica do País e a das suas Forças Armadas não permitiam armar, transportar, sustentar ou sequer treinar convenientemente todo este pessoal. Portugal enviou-os para França desarmados, transportados em navios britânicos, financiados pelos Aliados, dependentes em tudo (armamento, treino, logística, armas pesadas, enquadramento) do apoio do Exército de Sua Majestade Britânica^[22], ou do Exército Francês, para o material de artilharia pesada do CAPI.

Entre Fevereiro e Setembro de 1917, seguem para França os cerca de 56.000 portugueses que formam o Corpo de Exército (CE), cujas unidades, a partir de 30 de Maio de 1917, recebem a responsabilidade de pequenos sectores da frente e o CE como um todo, a partir de 26 de Novembro, assume a responsabilidade de um sector com cerca de 10 Km de frente sob o comando do I Exército Britânico^[23].

Um inverno rigoroso fez vir ao de cima as muitas fragilidades, nomeadamente no que respeitava a fardamento, alimentação e sanidade, baixando fortemente o moral das tropas, facto para o qual o comando britânico alerta, pedindo que se retire da frente o CEP reorganizando-o na retaguarda. Lisboa não aceita mais do que a retirada da 1ª Divisão, mantendo a 2ª na frente, prevendo-se a rotação entre elas de tempos a tempos. Prevendo-se uma ofensiva alemã na Primavera, é finalmente aceite por Lisboa a vinda para a retaguarda da 2ª Divisão para reorganização do CEP. O comando do I Exército marca inicialmente a data da rendição para 25 a 27 de Março, data que é adiada sucessivamente para 4 e 9 de Abril.

Nos primeiros dias de Abril de 1918, a 2ª Divisão, com 30% de baixas no geral e 40% nos oficiais, guarnecia com três Brigadas (9 Batalhões) uma frente assaz longa e, justamente em 9 de Abril, a Alemanha lança a sua ofensiva, tendo como eixo principal do ataque, e

não certamente por acaso, o sector da 2ª Divisão do CEP, atacando com unidades de assalto de elite numa superioridade numérica de 4 para 1, precedido de uma intensa barragem de artilharia e de gases, numa madrugada de muito nevoeiro. Em cerca de 12 horas, a 2ª Divisão é desfeita como unidade combatente, restando apenas pequenos núcleos de unidades que combatem ainda durante mais alguns dias. O ataque secundário alemão cai sobre a 40ª Divisão Britânica, no limite Norte da 2ª Divisão Portuguesa, e também esta vê duas das suas três Brigadas desfeitas logo nas primeiras horas e retira para a retaguarda no fim do primeiro dia, muito desfalcada e com cerca de um terço de baixas.

Entre Abril e Novembro, o que resta do CEP é reorganizado e passa a participar em trabalhos na retaguarda; algumas das suas unidades, a nível de companhia e batalhão, voltam a combater, desta vez integradas em unidades britânicas, nunca tendo chegado a refazer-se o CEP como Corpo de Exército nem sequer como Divisão.

As baixas portuguesas em França atingem os números a seguir indicados (Quadros VII e VIII):

Quadro VII - Baixas do CEP (França).

MORTOS			Em combate	Gaseados	Desastre	Por doença	Outras	TOTAL
	Oficiais		43	2	8	21		74
Praças		1.267	68	113	508	56	2.012	
Sub-total		1.310	70	121	529	56	2.086	
FERIDOS	Oficiais		256					256
	Praças		4.968					4.968
	Sub-total		5.224					5.224
PRISIONEIRO	Oficiais	270						270
	Praças	6.408						6.408
	Sub-total	6.678						6.678
INCAPAZES	Oficiais	439						439
	Praças	6.840						6.840
	Sub-total	7.279						7.279
TOTAL								21.267

Quadro VIII - Baixas do CAPI (França).

MORTOS		Em combate	Gaseados	Desastre	Por doença	Outras	TOTAL
	Praças					5	
Sub-total					5		5
FERIDOS	Praças	2		3			5
	Sub-total	2		3			5
TOTAL							10

5. Considerações finais

Apesar de formalmente o estado de guerra só ter sido declarado em Março de 1916 é facto que, desde 1914, a Alemanha, em África, nos ia tratando como inimigo, mesmo sem que para tal houvesse quaisquer razões a não ser o grande interesse que tinha em apoderar-se de partes do nosso território colonial.

Segundo o Professor António Telo^[24], a entrada de Portugal na Grande Guerra é um caso atípico, com traços de originalidade, porque:

- 1 - a beligerância não é solicitada, mas sim provocada de forma activa por um único partido, que é o partido republicano mais forte e radical;
- 2 - a guerra civil larvar em Portugal já tinha começado em 1908;
- 3 - o conflito interno é agravado com a guerra e passa a ter como ponto de clivagem principal as divergências entre guerristas e anti-guerristas;
- 4 - a frente interna da guerra é essencial para compreender o que se passa nas outras, o eixo à volta do qual se articula a conturbada beligerância nacional;
- 5 - a principal motivação portuguesa para entrar na guerra é de política interna;
- 6 - Portugal não tem qualquer objectivo de engrandecimento territorial; e
- 7 - uma das principais motivações externas para entrar na guerra é a de melhorar as relações com o secular Aliado, que não esconde o seu desprezo pelo radicalismo e irrealismo do regime que vigora em Portugal desde 1910.

Fica claro que o empenhamento de Portugal na Grande Guerra não se limitou ao envio do CEP e do CAPI para a Flandres, mas também por um empenhamento na África Ocidental e Oriental que não foi menor do que o europeu em meios e homens e que teve consequências ainda mais gravosas, como está explícito no Quadro IX:

Quadro IX - Empenhamento de Portugal na Grande Guerra.

TEATROS DE OPERAÇÕES	EFECTIVOS		BAIXAS				TOTAL
	Metrópole	Colónias	Mortos	Feridos	Prisioneiros	Incapazes	
ANGOLA	10.000	80.000	810	311		372	1.493
MOÇAMBIQUE	20.000	100.000	4.811	301		1.283	6.395
FRANÇA	56.493		2.091	5.229	6.678		13.998
TOTAL DE	86.493	180.000	7.712	5.841	6.678	1.655	
BAIXAS	266.493		21.886				21.886

Julgo ter sintetizado os aspectos principais da participação do Exército Português na Grande Guerra de 1914-1918, de forma a tornar inteligíveis as motivações, os meios empenhados e as consequências dessa participação.

Bibliografia

ABECASSIS, Fernando, *A Grande Guerra em Moçambique*, SGL/CPHM, Lisboa, 2014.

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, Diário de Notícias, Lisboa, 2003.

COELHO, Adelino Matos, «O Expansionismo Alemão em África», *Revista Militar* n.º 5/2014, Lisboa, 2014.

FRAGA, Luís Alves de, *Portugal e a Primeira Grande Guerra*, Lisboa, 1990.

_____, *O Fim da Ambiguidade*, 2ª edição, Lisboa, 2012.

_____, *João Pereira Bastos - O Sonho de um Exército Republicano*, Assembleia da República, Lisboa, 2014.

MARQUES, Isabel Pestana, *Memórias do General 1915-1919*, Sacre, Viseu, 2004.

_____, *Os Portugueses nas Trincheiras*, CPHM, Lisboa, 2002.

MARTINEZ, Pedro Soares, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926)*, Verbo, Lisboa, 2001.

MARTINS, Gen Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, Ática, Lisboa, 1934-1936.

MORAES, Arthur de, *Memórias de Angola*, Caleidoscópio, Lisboa, 2007.

PEREIRA, José António Rodrigues, «A Marinha na Grande Guerra - O Teatro de Operações de África», *Revista Militar* n.º 5/2014, Lisboa, 2014.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1931.

TELO, António José, «A Actividade Irregular na Arte da Guerra Portuguesa», conferência apresentada ao XXXVI Congresso Internacional de História Militar em Amesterdão, Holanda, *Colectânea de Textos*, CPHM, Lisboa, 2016, pp. 655-674.

_____, «Portugal na 1ª Guerra Mundial: Um Pequeno Poder Numa Luta de Grandes», conferência apresentada no XL Congresso Internacional de História Militar em Varna, Bulgária, *Colectânea de Textos*, CPHM, Lisboa, 2016, pp. 259-265.

VICENTE, António Pedro, *Guerra Peninsular 1801-1814*, APH/QuidNovi, Lisboa, 2007.

Internet

www.momentodehistoria.com.

* Adaptação da Conferência proferida nos *Cursos de La Granda*, em Oviedo, Espanha.

¹ VICENTE, *Guerra Peninsular - 1801-1814*, APH/QuidNovi, Lisboa, 2007, p. ...

^[2] _ TELO, «A Actividade Irregular na Arte da Guerra Portuguesa», *Colectânea de Textos*, CPHM, Lisboa, 2016, pp. 655-674.

^[3] _ TELO, «Portugal na 1ª Guerra Mundial: Um Pequeno Poder Numa Luta de Grandes», *Colectânea de Textos*, CPHM, Lisboa, 2016, pp. 759-765.

^[4] _ MARTINEZ, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926)*, Verbo, Lisboa, 2001, p. 7, n.p.p. 7.

^[5] _ Idem, *ibidem*, pp. 48-49.

^[6] _ Publicado em *Os Ridículos* de 22-I-1916 e reproduzido por MARTINEZ, *op.cit.*, p. 269, explicitando que na caricatura está representado Afonso Costa frente a uma formatura de soldados semi-nus e desarmados, porque o armamento já fora fornecido à Grã-Bretanha e à França e um incêndio, presumivelmente de origem criminosa, destruíra os armazéns de fardamento. À janela João Chagas, ministro em Paris, insiste no envio de tropas portuguesas para França.

^[7] Segundo AFONSO e GOMES, *Portugal e a Grande Guerra*, Diário de Notícias, Lisboa, 2003, p. 102.

^[8] Von Bernhardt, *Deutschland und der Nächste Krieg* (A Alemanha e a Próxima Guerra).

^[9] COELHO, «O Expansionismo alemão em África», *Revista Militar* n.º 5/2014, Lisboa, 2014, p. 381.

^[10] Idem, *ibidem*, p. 149.

^[11] Vd. «Sul d'Angola: os alemães invadindo a província», *Revista Militar* n.º 5/2014, Lisboa, 2014, p. 492.

^[12] SELVAGEM, *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1931, p. 680.

^[13] MARTINS, *Portugal na Grande Guerra*, Ática, Lisboa, Vol. I, p. 66.

^[14] Idem, *Ibidem*, Vol. II, p. 258.

^[15] ABECASSIS, *A Grande Guerra em Moçambique*, SGL/CPHM, 2014.

^[16] Idem, *ibidem*.

^[17] MARTINS, *op.cit.*, Vol. II, p. 186.

^[18] Idem, *Ibidem*, Vol. II, p. 187.

^[19] PEREIRA, «A Marinha na Grande Guerra - O Teatro de Operações de África», *Revista Militar*, n.º 5/2014, pp. 459-471.

^[20] TELO, «Portugal na 1ª Guerra Mundial: Um Pequeno Poder Numa Luta de Grandes», *Colectânea de Textos*, *op.cit.*

^[21] Fonte: www.momentosdehistoria.com.

^[22] Idem, *ibidem*.

^[23] Idem, *ibidem*.

^[24] — TELO, «Portugal na 1ª Guerra Mundial: Um Pequeno Poder Numa Luta de Grandes», *Colectânea de Textos*, op.cit.